**Ata n.º 002/2014 referente ao Lançamento do Fórum Cearense de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos.** Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2014, no Plenário Dr. Guido Furtado Pinto, na Rua Assunção, 1100, 3º andar, José Bonifácio – Fortaleza/CE, reuniram-se para o Lançamento do Fórum Cearense de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos, sob a presidência do Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará e coordenação da Dra. Maria do Socorro Costa Brilhante, através do Centro de Apoio Operacional ao Meio Ambiente – CAOMACE; Dra. Ana Cristina de Paula Cavalcante Parahyba, representando o Centro de Apoio Operacional Cível e Consumidor – CAOCC, Dra. Geórgia Maria da Silveira Aragão e Dra. Ana Valéria Targino, representando o Ministério Público do Trabalho – MPT e os seguintes membros convidados: Dr. Raimundo Batista, representando a 1ª Promotoria do Meio Ambiente e Planejamento Urbano; Dra. Vanja Fontenele e a Dra. Sheila Pitombeira, representando o Ministério Público do Estado do Ceará; Prof. Marcelo José Monteiro, representando a Universidade Federal do Ceará – UFC/TRAMAS (Núcleo de Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a sustentabilidade); Senhor Diego Gadelha, representando o CÁRITAS/IFCE; a Senhora Viviane Gomes e o Senhor Flávio Rêgo, representando o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM; os Senhores Tiago Bessa, Lincoln Mendes, Raimundo Costa e André Luiz da Silva, representando a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE; o Senhor Francisco José Ibiapina, representando a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/CE; a Senhora Alexandra Bezerra, representando a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará – SESA; os Senhores Daniel Aguiar e Francisco Augusto de Souza, representando a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI; os Senhores Murilo da Silva e Mailde Carlos do Rêgo, representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará – CREA/CE; a Senhora Heloisa de Souza, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; a Senhora Maria Amelia de Souza, representando a FUNDACENTRO; o Senhor Luiz Carlos Barrozo, representando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; o Senhor Raimundo Queiroz, representando Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST/CE e a Senhora Alexsandra Oliveira, representando a CERESTA/CE Limoeiro do Norte. Dr. Ricardo Machado, Procurador-Geral de Justiça, iniciou a reunião saudando todos os presentes e relatou que no ano de 2012, teve acesso a uma informação veiculada pelo Diário de Pernambuco, jornal do referente estado, que noticiava a respeito de um percentual elevadíssimo de contaminação de hortifruti por agrotóxicos o que motivou levar essa matéria a discussão do FDID, que é um Conselho Gestor de Fundos dos Direitos Difusos do Estado do Ceará, atrelado a estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Ceará. Disse ainda, que deliberou no Conselho sobre a formação de uma comissão interinstitucional e esta se efetivou sobre a presidência da Procuradora de Justiça Dra. Vanja Fontenelle que sobre seus auspícios, interesses e trabalho, chegou a resultados com a instalação de dois núcleos para dar vasão a logística reversa do material utilizado, um na região do Vale do Jaguaribe e outro na Serra Grande, no estado do Ceará. Sequenciando este trabalho falou do empenho da coordenadora do CAOMACE, Dra. Socorro Brilhante, no que diz respeito ao lançamento do Fórum Cearense de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos. Este Fórum objetiva permitir a integração mútua, a colaboração entre Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, além das entidades governamentais e não governamentais da sociedade civil no controle do uso indiscriminado dos agrotóxicos do nosso estado. Saudou ainda as entidades da sociedade civil que se dedicam especificamente a estas questões ambientais. Destacou o poder de decisão que as entidades ali presentes possuem. Disse que os presentes tem poder de decisão no Fórum, de colocar o pensamento, de reivindicar por melhorias na qualidade da nossa alimentação. Falou ainda do respeito das divergências internas e o direito de cada um de conduzir-se de acordo com o seu pensamento porque somos acima de tudo os defensores do regime democrático. Finalizou parabenizando a Dra. Socorro pela louvável iniciativa em regimentar parceiros no sentido de instituir em nosso estado este fórum de debate sobre as questões dos agrotóxicos. Em seguida deu-se a palavra à Dra. Socorro que iniciou cumprimentando todos os presentes em especial a pessoa do Dr. Pedro Serafim. Ressaltou a satisfação do Ministério Público do Estado do Ceará em sediar o evento e destacou o empenho do Dr. Pedro Serafim no trabalho de combate aos impactos dos agrotóxicos, sendo um importante espaço de debates, discussão e articulação entre as instituições governamentais e a sociedade civil. Mencionou também que o objetivo geral do Fórum é levar à sociedade uma resposta por tudo que tem sido divulgado na mídia. Destacou que o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado e o Ministério Público do Trabalho precisam caminhar juntos para que se possa exercer o controle do uso indiscriminado de agrotóxico no nosso estado. Falou a respeito da integração, da mútua colaboração entre os órgãos para que se possa enfrentar esse problema que a mídia já noticiou, as consequências danosas pelas quais o agricultor vem sofrendo com manipulação inadequada desses agrotóxicos e a questão da qualidade dos alimentos que estão indo para a nossa mesa. Ressaltou a necessidade de se ter uma segurança alimentar e para isso precisa buscar informações, pesquisar, rastrear, monitorar os alimentos, a água para que se possa constatar se existe realmente esse controle por parte das empresas que representam o agronegócio no nosso país. Apresentou o slide que fala a respeito do objetivos geral, da justificativa e dos objetivos específicos, quais sejam: propor, apoiar e acompanhar ações educativas, exigir o monitoramento de agrotóxicos nesses alimentos, sugerir o aperfeiçoamento da legislação, fiscalizar o cumprimento da legislação, sugerir a celebração de convênios, TAC´s, e protocolos, apoiar as fiscalizações nas ações integradas dos órgãos que já existem. Esses objetivos específicos serão definidos posteriormente em audiências que serão tratadas com os membros convidados para compor o Fórum. Dra. Socorro mencionou também a criação do Grupo de Trabalho de Agrotóxico que foi criado a partir de reuniões do FDID e falou da dedicação da Dra. Vanja Fontenele que implementou e fez a primeira fiscalização integrada dos órgãos ano passado. Dra. Socorro destacou a importância de denunciar fatos e receber as denúncias referentes ao combate do uso indiscriminado dos agrotóxicos. Relatou que recebeu representantes das empresas do agronegócio e disse que o Ministério Público tem que ter as portas abertas dando a oportunidade de analisar os dois lados. Apesar dessa reunião que durou quase 2 horas e que teve muita ênfase na defesa desse agrotóxicos em suas agriculturas ela começou a pesquisar sobre o assunto e disse que se tornou uma defensora do combate a esse veneno que o nosso país não tem controle nenhum. Mencionou que não há controle do que entra em nosso país, não se sabe das dosagens que são usadas, nem se os agricultores têm a noção do que estão aplicando e quais os males que esses produtos provocam. Falou da importância da presença da sociedade e que as entidades não governamentais participem dessas discussões. Disse também que só quem tem noção realmente da gravidade são os laboratórios, são as multinacionais. Destacou a questão da isenção de impostos que tem o Estado do Ceará relacionados aos agrotóxicos e da liberação desses produtos em nosso país, sendo um estímulo ao uso desse veneno. Dra. Socorro finalizou sua fala com a apresentação de uma pequena matéria do jornal do globo rural. A cerimonialista registrou a presença das promotoras de justiça Dra. Angela Tereza Gondim Carneiro Chaves e Dra. Ana Cristina de Paula Cavalcante Parahyba. Em seguida, a cerimonialista passou a palavra ao Dr. Pedro Serafim que começou a sua fala cumprimentando todos da mesa, destacando o empenho da Dra. Socorro Brilhante. Falou do encontro do Conselho Nacional do Ministério Público quando 10 estados através de seus representantes ministeriais seja da República, do Trabalho ou Estadual se comprometeram em criar seus fóruns, somando assim um total de 18 fóruns. Disse que o Fórum Nacional foi criado no ano de 2008, que está como Coordenador e que a Vice Coordenadora é a Dra. Fátima Borg, Subprocuradora Geral da República, ou seja, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério público Federal são coordenadores e como tal, participam como fiscal da lei no âmbito do Fórum. Falou da importância do funcionamento do Fórum para que seja um plano de debate permanente, aberto, diferente, com a participação do Ministério Público, dos órgãos reguladores do governo, instituições, outras representações sociais, fazendo e recebendo denúncias, é isso que dá vida, é o fôlego do Fórum dentro dos seus objetivos e da sua dinâmica. Mencionou que o Fórum Nacional nos seus 6 anos, estabeleceu 3 eixos básicos para sua atuação: O 1º eixo de atuação está relacionado ao direito à informação, pois historicamente a questão da informação não é só um problema, pois trata-se de um direito fundamental e o Fórum Nacional entendeu que precisamos mudar o quadro mal-informado. Disse também que as academias abraçaram a ideia dos defensivos agrícolas, da segurança a respeito do agrotóxico. Esse direito de informação precisa ser trabalhado e o Fórum abraçou essa causa. O 2º eixo de atuação é promover a criação de outros fóruns a fim de ser um instrumento para que haja participação da sociedade e que esta tenha voz e articule. O 3º eixo trata da tutela, da defesa, da efetivação, da proteção do meio ambiente em geral, do trabalhador e a sua saúde, que está presente desde o início, na realização, aplicação, a lógica reversa e também na aplicação do produto e na sua venda e também a questão do consumidor. Disse também que não temos segurança da qualidade da água que está na mesa. Destacou a existência de agrotóxico na água da chuva. Ressaltou a participação do CONSEA que trata do Conselho de Segurança Alimentar e do Conselho Nacional da Saúde. Falou da importância das Agências Reguladoras e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a partir da EC nº19/98, na qual ampliou as atribuições e também buscou dar destaque à participação da sociedade e das agências. Ressaltou a existência de projetos de lei no Congresso Nacional, no intuito de alterar esse sistema tripartite de registro de Agrotóxico. Disse também que a ANVISA possui o PARA (Programa Nacional de análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimento), que surgiu no Fórum de Pernambuco em 2001. Falou da importância de outras agências relacionadas ao meio ambiente e da agricultura fazer também programas como o PARA. Sugeriu a análise depois de um certo tempo da condição da terra e do meio ambiente, inclusive do lençol freático, na Chapada do Apodi. É importante que as Agências Reguladoras funcionem, cumpram o seu papel a partir do PARA em relação à segurança alimentar. Ressaltou a importância de dar informação à sociedade, porém de maneira tempestiva. Mencionou que algumas manifestações internacionais dizem que o agrotóxico não resolveu o problema da fome e coloca a questão da agroecologia não só como uma alternativa, mas também como um retorno urgente para diminuir os graves problemas causados pelos agrotóxicos. Dr. Pedro falou também a respeito da reforma fiscal verde e disse que quem contamina deve pagar mais caro. Fez referência a duas Ações Civis Públicas oriundas do Maranhão. Ressaltou que estão utilizando produtos mais tóxicos quando poderiam usar outros menos tóxicos e que existem agricultores que estão sendo muito contaminados. Deu destaque ao Fórum Pernambucano no que diz respeito à questão do consumidor e da segurança alimentar. O Fórum foi firmado em 2003, através do Centro de Apoio do Consumidor. Foi também firmado o Termo de Ajustamento de Conduta com os supermercados e com o SEASA para monitorar os alimentos. O Governo Federal listou várias substâncias que são cancerígenas e dentre elas alguns agrotóxicos. Destacou produtos que já foram banidos em outros países e que aqui no Brasil ainda são utilizados. Falou que Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo aprovou uma lei que exige a indicação da quantidade de agrotóxicos no rótulo de produtos. Falta ser sancionada. Dr. Pedro Serafim ressaltou a ampliação da participação social e das academias, ou seja, as universidades que estão trabalhando com a comunidade. A questão da caracterização da responsabilidade objetiva, Teoria do Risco da Atividade ou do Produto é algo que é preciso mudar, inclusive em relação à área trabalhista. Dr.Pedro Serafim registrou um caso que aconteceu no estado do Ceará no âmbito da Justiça do Trabalho, em que saiu uma decisão do TRT de uma ação de uma empresa que foi condenada pela morte de um trabalhador que manipulava, fazia as misturas inadequadamente, sem nenhum cuidado da empresa, sem nenhuma proteção. A empresa foi condenada em R$ 100.000,00 por danos morais e em torno de 3 salários-mínimos mensais até a perspectiva de 72 anos. Esse caso foi muito significativo, pois a Justiça do Trabalho está abrindo a visão para esse aspecto e é um referencial para o Brasil, pois antes existiam dificuldades em estabelecer o nexo causal entre a patologia causadora da morte do trabalhador e a atividade desenvolvida por ele. Disse ainda que não quer ver empresas condenadas. Relatou que o produto que o Brasil fabrica está retornando. O produto que ia para o exterior e que ficava acima do limite, antigamente era incinerado lá, agora o produto volta para que seja incinerado aqui, pois as moléculas do agrotóxico sobem e se transformam em água da chuva. Nós não queremos que o Brasil enfrente problemas e sim que o Brasil produza, mas que produza considerando a ética, ou seja, quem produz aquele alimento consuma aquele alimento. Falou também da necessidade do cidadão não adoeça em virtude do manuseio do agrotóxico. Ressaltou que segundo dados da OMS para cada notificação que nós temos conhecimento de enfermidade no trabalho, existem 50 que não são feitas. Dr. Pedro finalizou sua fala parabenizando Ministério Público do Estado do Ceará, Ministério Público do Trabalho, os representantes das entidades da sociedade civil e disse ainda que levará boas notícias do Fórum Cearense para o cenário nacional. Foi registrada a presença da Procuradora do Trabalho no município de Sobral Dra. Ana Valéria Targino de Vasconcelos. Em seguida, foi dada a palavra ao Professor de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará, Marcelo Monteiro, que inicialmente agradeceu o convite e cumprimentou a mesa. Prof. Marcelo falou que a universidade cumpre uma função social, falou da importância divulgar o resultado de vários estudos que foram realizados não só pelo departamento, mas em outros grupos de estudos no Brasil, estudos esses muitas vezes financiados com dinheiro público também. Ressaltou o papel estratégico que esse Fórum assume no Ceará, os desafios são diversos e que coloca para todos os integrantes um papel político na condução do fórum. Apresentou uma passagem do Conselho Nacional de Saúde do relatório final que subsidiou a construção do Sistema Único de Saúde que foi base para a legislação do SUS onde mostra que em seu sentido mais abrangente a saúde é resultado das condições de alimentação, habitação, educação, meio ambiente, trabalho, transporte e acesso a serviço de saúde. Mencionou que a questão dos agrotóxicos em maior ou menor medida perpassa todas essas dimensões que estão colocadas pelo conceito de saúde que o Brasil adotou e assume até hoje com todas as suas limitações. Reiterou a necessidade de mobilização social de agregar diversos sujeitos na busca pela garantia efetiva do direito à saúde. O Professor trouxe alguns dados como taxa de crescimento de venda de agrotóxico no Brasil e no mundo. Enquanto no mundo se teve um crescimento de 93% no período de 2000 a 2010, o Brasil representa um crescimento de 190%. Responsável por 86% do que é consumido na América Latina. Mencionou que o glifosato sozinho responde por 50 % de todo o agrotóxico que é consumido no Brasil, segundo dados da ANVISA. Somente na safra agrícola de 2012 foram pulverizados pouco mais de 1 bilhão de litros de herbicidas, inseticidas e fungicidas em nosso país. Destacou os setores que mais lucram com a questão dos agrotóxicos, quais sejam, soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, setores que movimentam uma quantia considerável de recursos. Chama atenção, ainda, para duas legislações que foram publicadas em 2013 que permitem o registro temporário no país em caso de emergência fitosanitária e zoosanitária sem avaliação prévia dos setores reguladores da saúde e do meio ambiente. Com essas legislações, A ANVISA e o IBAMA sairão da questão regulamentadora e competirá apenas ao MAPA o registro e a aprovação desses agrotóxicos nos casos de emergência sanitária. Destacou a questão do monitoramento na água para consumo humano de acordo com o boletim epidemiológico recentemente publicado que traz dados de 2011 e 2012 pelo Siságua do Ministério da Saúde. No Ceará dos 184 municípios apenas 22 foram monitorados, o que representa pouco mais que 11%. Geograficamente, os pontos dos municípios onde foram escolhidos para realização dessas amostras não coincidem com as regiões onde constam os perímetros irrigados, perímetros esses demonstrados em amplas pesquisas como na Chapada do Apodi, que são espaços geográficos que mais pulverizam agrotóxicos e que mereciam uma maior atenção do poder público sobretudo do sistema público de saúde sobre seu monitoramento. O SUS tem a obrigação de analisar a qualidade dessa água por meio do Siságua. Ressalta ainda que o Ceará não possui dados referentes ao monitoramento da qualidade da água para consumo humano, ou seja, o nosso estado não tem o conhecimento de quais são os agrotóxicos, os seus princípios ativos e o seu potencial de contaminação na água para o consumo humano. Ressaltou que de acordo com o SINAM (Sistema Nacional de Monitoramento de Agravo e Notificação) somente no ano de 2012, houve mais de 9000 casos de intoxicação por agrotóxicos registrados no sistema. Deu destaque ao Centro de Referência de Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental (CERESTA), que desde de 2012 foi habilitado pela portaria da Secretaria de Vigilância e Saúde onde por essa portaria o Ministério da Saúde prevê destinação de quase meio milhão de reais para o desenvolvimento de ações de saúde do trabalhador para região da Chapada do Apodi devido o elevado grau de vulnerabilidade desses trabalhadores. O professor Marcelo finalizou sua fala destacando a importância do Fórum para que este seja um espaço de articulação entre os diversos setores da sociedade a fim de dar respostas efetivas a esse cenário. Em seguida, foi dada a palavra a Procuradora do Trabalho, Dra. Geórgia Aragão, que cumprimentou a mesa e parabenizou a Dra. Socorro pela iniciativa da criação do Fórum. Destacou a importância da presença do Dr. Pedro Serafim nesse evento e parabenizou o Prof. Marcelo pela excelente palestra e os dados por ele apresentados. Disse que o Fórum é um instrumento de controle social para que todos possam explanar suas experiências nessa atuação. Ressaltou que o MPT da 7ª Região já vem atuando nessa questão no combate do uso indiscriminado dos agrotóxicos buscando o cumprimento de normas relativas à saúde e segurança no trabalho não só nessa região da Chapada do Apodi, mas também na região da Ibiapaba que é de atuação da Dra. Ana Valéria, Procuradora do Trabalho em Sobral. Falou ainda que está à disposição para essa atuação conjunta e que possam ser dados encaminhamentos efetivos. Em seguida Dra. Socorro declarou criado o Fórum e disse que em fevereiro agendará uma reunião e convidará todos os membros para definir comissões e criar o regimento interno para dar todas as tratativas e encaminhamentos a fim de que o fórum seja um instrumento efetivo de controle. Dra. Socorro declarou encerrados os trabalhos agradecendo aqueles que contribuíram para a realização do evento.

 **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado**

Procurador-Geral de Justiça

 **Dra. Maria do Socorro Costa Brilhante**

 Promotora de Justiça

Coordenadora CAOMACE

**Dr. Pedro Serafim**

Procurador Regional do Trabalho

**Dra. Geórgia Maria da Silveira Aragão**

Procuradora do Trabalho

**Dra. Ana Valéria Targino**

Procuradora do Trabalho

**Dra. Vanja Fontenele**

Procuradora de Justiça

**Dra. Sheila Pitombeira**

Procuradora de Justiça

**Dra. Ana Cristina Parahyba**

Promotora de Justiça

**Dr. Raimundo Batista**

Promotor de Justiça

**Marcelo José Monteiro**

Professor da UFC